

# Advogado entra na Justiça por mandato maior

"O Exmo. Sr. Presidente da República foi eleito e empossado sob a égide da Constituição federal de 1969, ainda em vigor, e desta forma tem o direito adquirido a um mandato de seis anos e, assim, toda e qualquer iniciativa de redução do tempo desde mandato estará eivada no vício de inconstitucionalidade". Com esse argumento o advogado Paulo Eduardo Reimão Machado, que trabalha em Brasília, entrou com representação na Procuradoria Geral da República contra ato emanado da Comissão de Sistematização da Constituinte, encerrando o mandato do presidente Sarney dois anos antes do estabelecido na Constituição em vigor.

O advogado afirma em seu documento que o momento é oportuno para que o Supremo Tribunal Federal aprecie a decisão da Sistematização já que a apresentação da inconstitucionalidade "guarda, em si, características de medida preventiva, o que lhe permite fulminar leis e atos normativos em seu estado germinativo, que ainda não tenham produzido

efeitos concretos".

Paulo Eduardo Reimão assinala que a Comissão de Sistematização contraria o §3º do artigo 75 da Constituição que preceitua, textualmente: "O mandato do Presidente da República é de seis anos". Diz o advogado que José Sarney é todo respaldado na Constituição de 1969, que está em vigor.

Outro argumento apresentado está consubstanciado no artigo 153, § 3.º, que diz: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". Informa o advogado que Sarney tendo sido eleito e empossado sob a égide da Constituição de 1969, ainda em vigor, "tem o direito adquirido a um mandato de seis anos e, assim, toda e qualquer iniciativa de redução do tempo desde mandato é inconstitucional".

"Além disso — diz o advogado — é preceito legal que a retroação da lei somente será permitida para beneficiar e nunca para prejudicar direitos individuais e situações juridicamente estatuidas no império da lei anterior revogada".

## Lobão quer Centrão lutando por 5 anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) acredita que sua emenda — que dá ao presidente Sarney um mandato de cinco anos — não encontrará dificuldades para ser aceita como uma das propostas patrocinadas pelo Centrão, do qual é um dos coordenadores. Ela pode até dividir opiniões dentro do grupo, admite Lobão, mas isto não chegará a impedir que um grande número de "centristas" apoiem a proposta. "Se formos considerar a possibilidade de divisão, temos que levar em conta que não há entre temas defendidos pelo Centrão, nenhum que possa obter a unanimidade" — raciocina o senador maranhense.

Pelos cálculos de Lobão, a grande maioria dos membros do grupo — calculado em 320 constituintes — é favorável aos cinco anos para Sarney, da mesma forma que defende o presidencialismo até que o atual governo se acabe. "Além destes números, sempre poderemos contar com pelo menos 40 votos de parlamentares que, apesar de não terem assinado a lista do Centrão, votam os cinco anos" — garante o senador. Este trabalho de "garimpagem" de votos fora do grupo já começou, pelo menos a nível de sondagem e, segundo Lobão, será bem-sucedido.

Nem mesmo o risco de desgaste diante da opinião pública — que o Centrão poderia correr a partir da defesa dos cinco anos — assusta o senador. "O texto aprovado na Comissão de Sistematização não agrada a praticamente ne-

nhum dos segmentos da sociedade. Se de um lado haverá pessoas contrárias aos cinco anos, de outro haverá os que consideram o mandato mais longo ideal para o Presidente".

Outra possibilidade de sucesso da proposta, para o senador Lobão, está no mecanismo que o Centrão pretende instituir para que suas emendas sejam encaminhadas em plenário: o sistema é o mesmo já tentado, com sucesso, no período de trabalho das comissões temáticas — quando o Centro Democrático se dividiu em grupos, aprovando propostas para cada um dos temas. O que aquele grupo definiu será votado por todos, sem questionamento. Assim, todas as propostas em torno da reforma agrária, por exemplo, sairão de um grupo de estudos com um número limitado de "experts", e o Centrão como um todo, votará estas propostas.

Hoje, no início da tarde, haverá uma definição do grupo a respeito dos cinco anos para Sarney. O plenário do Centrão definirá se encampa ou não a proposta. O senador, no entanto, acredita que o resultado será positivo, ainda mais que sua emenda, se não contou com o apoio formal e público do presidente Sarney, não o desagradou. No encontro que manteve com o Presidente na semana passada, o senador Lobão ouviu dele a afirmação de que não se envolveria mais nas questões da Constituinte sobre a definição de seu mandato, mas não sem, no entanto, desestimular a proposta.

## Sant'Anna: O povo espera um "messias"

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, contou ontem no Congresso que ouviu de populares, em Salvador, no último fim de semana, críticas generalizadas ao governo e aos políticos. Ele ficou com a impressão de que o povo está a espera de um novo "messias" — o que achou perigoso.

Em Brasília, segundo Sant'Anna, ele também sentiu reações contrárias à redução do mandato do presidente Sarney, deixando incólumes os mandatos dos governadores, de senadores e de deputados. "Ouvi de um empregado de uma farmácia, perto do Hospital de Base, a observação crítica de que os constituintes, se querem reduzir o mandato do atual Presidente, deveria reduzir todos os mandatos, aprovando eleições gerais em 88".

O líder do governo, porém, não aprova a tese de eleições gerais no próximo ano. A sua luta é a aprovar mandato de cinco anos a

Sarney, de preferência no sistema presidencialista. Carlos Sant'Anna disse que o seu partido, o PMDB, estaria cometendo suicídio se votasse pelas eleições presidenciais em novembro de 1988. "O PMDB — acenou — seria o mais prejudicado, pela gravidade da situação sócio-econômica".

Na opinião do líder do Governo, a proposta de governadores do PMDB, de um programa mínimo de governo, antes da escolha do candidato do partido à Presidência da República é um processo nitidamente presidencialista.

Lembrou que no parlamentarismo o programa de governo é de responsabilidade do primeiro-ministro, que tem atribuições de chefe do governo e, não do Presidente, que é o chefe de Estado. Pelas reações de governadores e dirigentes do PMDB, dificilmente prevalecerá o parlamentarismo na votação no plenário da Constituinte, disse ele.

## Mesquita: Sarney deve reagir

"O presidente Sarney está pagando um preço alto demais por não sair da sua condição de estadista". O comentário foi feito ontem pelo governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, quando defendeu uma atitude mais severa por parte do Presidente, como a "demissão de quem não veste a camisa do Governo e apóia um mandato de quatro anos para ele".

— O presidente Sarney não apenas deveria demitir, como prender corruptos e afiliados políticos que recebem favores do Gover-

no e depois não o apolam. Sarney deveria dar o troco com a mesma moeda, opinou o governador sem, no entanto, citar nomes.

Segundo Fernando César, o País nunca teve um homem público com tanta capacidade de governar como o presidente Sarney, que deveria "pelo menos exigir reciprocidade de tratamento". O Presidente, segundo ele, para enfrentar os graves problemas do Brasil faz "o possível e o impossível para conduzir seu Governo sem maiores traumas e não tem recebido o apoio que merece".